



# Anais da Assembléia

N. 134

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 115.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Buffara e Amélia Hruschka.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emendas

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 244/85

O Artigo 22, mantido seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 22 - Ficam criados os Distritos Judiciários de São José das Palmeiras (Município do mesmo nome), na Comarca de

Santa Helena, e Rancho Alegre do Oeste (Município de Goioerê), na Comarca de Goioerê, e Anahy (Município de Corbélia), na Comarca de Corbélia, com as delimitações territoriais estabelecidas para o município e distrito administrativo do mesmo nome, respectivamente".

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) SÉRGIO SPADA

Apoiamento: Rubens Bueno,  
Eduardo Baggio,  
Ferrari Júnior,  
Tadeu França e  
Djalma de Almeida César.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 244/85

Inclua-se no Artigo 24 os seguintes itens:

"Artigo 24 - .....

Art. 211 - .....

13 - Barbosa Ferraz: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Curitiba, Pacinho, Tereza Breda, Corumbataí do Sul e Borbônia (Município de Barbosa Ferraz);

112 - São João do Ivaí: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ubaúna, Santa Luzia da Alvorada e Godoy Moreira (Município de São João do Ivaí) e Lunardelli (Município do mesmo nome)".

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoiamento: Ivan Gubert,  
Tuguio Setogutte,  
Tércio Albuquerque e  
Ezequias Losso.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 285/85.

Acrescente-se o § 3.º ao art. 1.º:

§ 3.º - Passam a integrar o Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo todos os professores suplementaristas que contêm, na data da publicação da presente lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado e que não sejam ocupantes de cargos públicos a qualquer título.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS

Apoiamento: Edgard Pimentel,  
Erondy Silvério,  
Francisco Escorsin e  
Jorge Maia Filho.

**JUSTIFICATIVA:**

Pela lei n. 7208, de 15 de outubro de 1979, foram efetivados cerca de seis mil professores suplementaristas que contavam com dois anos de exercício do magistério nessa categoria, pondo fim assim a uma longa e angustiante espera pela efetivação e pela estabilidade.

Isso continua sendo uma das grandes reivindicações do Magistério Estadual, a estabilidade. Desde 1978 não se realiza concurso para o 1.º Grau e desde 1979 para o 2.º Grau, num flagrante desrespeito à Lei Complementar que é o Estatuto do Magistério, que determina a realização de concursos a cada dois anos decorridos da efetivação do último.

Agora, o Governo anuncia a realização de um concurso para o preenchimento de 5.000 vagas, quando as necessidades decorrentes da expansão da demanda escolar e das aposentadorias indicam um número muito maior, superior a 11.000.

A Mensagem Governamental n. 199/85 prevê a efetivação no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo daqueles professores suplementaristas não beneficiados ainda com a Lei n. 7.208, deixando à margem um contingente muito grande dos que passaram, depois disso, a exercer o magistério nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado.

O Governo Estadual, promovendo a efetivação de todos os que contêm até a data desta lei com pelo menos dois anos, estará regularizando de forma definitiva a situação, passando após isso à realização periódica dos concursos de ingresso, a começar pelo próximo a ser realizado em dezembro deste ano.

A inclusão deste dispositivo neste projeto de lei corresponde, assim, a um ato de plena justiça para os que até agora vivem o espectro da instabilidade e de impossibilidade de acesso na carreira.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n. 237/85.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado o mais profundo voto de pesar por ocasião do falecimento de ARAMIS DISTEFA-

NO NEVES, ocorrido no dia 17/11/85. - REQUER, ainda, que se dê ciência à família enlutada na Rua: XV de Novembro n. 10 - Centro, em São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) PAULO FURIATTI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Nabor Silva Júnior, com 73 anos de idade, ocorrido dia 22 do corrente, nesta Capital.

O extinto deixa viúva a Professora Anna Maria de Moraes e Silva e os filhos: Doutor Nabor Moraes Silva Netto; o Professor Doutor Francisco Miguel Roberto Moraes Silva; o Coronel José Luiz Moraes Silva e o Doutor Carlos Eduardo Moraes Silva, residindo o primeiro deles em Umuarama, os dois outros em Curitiba e o último em Itapicirica da Serra, Estado de São Paulo.

Seu corpo foi trasladado para a cidade de Garça, Estado de São Paulo, onde foi sepultado, por manifestação de sua última vontade, onde nasceram seus filhos e estão enterrados seus pais e a ama de criação Maria Honorata da Silva.

Requer, outrossim, que da decisão deste Poder, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) FUAD NACLI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE CONGRATULAÇÕES para o Município de BOM SUCESSO, pelo transcurso de seu 31.º Aniversário, em 26 de novembro de 1985.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos Senhores JOSÉ EDNO VANZELLA, Digníssimo Prefeito Municipal, e à Senhora MAURA DIAS GONÇALVES, Mui Digna Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, votos de congratulações a Mariluz, pelos seus 22 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez; ao Excelentíssimo Senhor

Adonias José Dias, Presidente da Câmara de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores presidente dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Desmembrando-se de Goierê, através da lei Estadual n. 4.788, em 29/de novembro de 1963, ocorrendo sua instalação em 14 de dezembro de 1964, Mariluz adquiria sua autonomia, política e administrativamente, graças ao progresso alcançado muito rapidamente, em função também da presença marcadamente corajosa, aliada ao espírito empreendedor, dos seus pioneiros.

Contando com uma população de 13.450, dos quais 5.753 residindo na zona rural e 7.697 habitando no perímetro urbano, distribuído numa área total de 391,530 Km<sup>2</sup>, o processo desenvolvimentista é fundamentalmente impulsionado pelo conjunto das atividades agrícolas, que envolve, direta e indiretamente, toda a população existente, responsável pelo destaque atualmente verificado, a nível de interior, por aquela cidade.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero, através do presente requerimento, cumprimentar as autoridades constituídas e ao povo de uma maneira geral, pelos seus 22 anos de emancipação, desejoso que Mariluz, cada vez mais, continue a merecer a confiança do Paraná, face a sua importância no contexto sócio-econômico.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da presente sessão, votos de congratulações dirigidas à COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Limitada, pela comemoração, no dia de hoje, dos seus 15 anos de fundação, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente, Doutor Aroldo Galassini.

Da reunião de 79 agricultores, dispostos, sobretudo a somar suas forças em torno de uma filosofia comum de trabalho, surgiu a COAMO.

Fora de qualquer dúvida, durante todos estes quinze anos a própria estrutura das atividades agrícolas passou por processos de extremas mutações. Passava a existir a utilização de tecnologias voltadas para dar respostas mais imediatas ao conjunto dos proprietários de terra, no sentido de ampliar a quantidade de produção e a qualidade da produtividade.

Pode-se dizer que a agricultura moderna, a começar dos métodos de preparo do solo, do plantio, dos tratamentos culturais até

a colheita, transporte, armazenamento e comercialização, na região de Campo Mourão, passou a ter uma nova face nestes anos todos, sendo que a COAMO, inegavelmente, tornou-se o próprio retrato de tais atividades, a nível regional.

Nos dias atuais, os números muito bem demonstram a grande potencialidade e poderio daquela Cooperativa. Seu quadro de associados já ultrapassa 30 mil cooperados, distribuídos numa área de atuação envolvendo os Municípios de Campo Mourão, Peabiru, Araruna, Janiópolis, Boa Esperança, Roncador, Mamborê, Nova Cantu, Juranda, Barbosa Ferraz, Ubiratã, Campina da Lagoa, Engenheiro Beltrão, Fênix, Quinta do Sol, Altamira, Pitanga, Palmital, Cândido de Abreu, Palmas, Mangueirinha, Bituruna, General Carneiro, todos pertencentes ao Estado do Paraná, Abelardo Luz, Ponta Serrada, Água Doce e São Domingos, pertencentes ao Estado de Santa Catarina. Sua capacidade de armazenamento é de 14 milhões de sacas, onde são guardadas diversos culturas, tais como o milho, a soja, o trigo, o algodão, o arroz, cevada, aveia, feijão e outros produtos além do seu complexo industrial e de fabrico.

Enfim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense, consegue concretizar muito mais além do que poderia imaginar os seus fundadores: a união de propósitos firmes e conseqüentes, a organização dos setores de produção, fazendo com que os mesmos tenham o principal objetivo de proporcionar o bem-estar do seus associados, além da população, direta e indiretamente envolvida em suas atividades; motivos pelos quais levam-me a apresentar com inteira justiça, a apresentação, neste momento, as congratulações deste Poder Legislativo àquela organização, verdadeiro esteio da produção não apenas e tão-somente da região Centro-Oeste, mas do Paraná e do Brasil, ante a sua invejável posição de destaque, que a coloca como uma das maiores do País, tanto em patrimônio, quanto em produção.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações a Araruna, pelos seus trinta anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Osvaldo Valarini; ao excelentíssimo Senhor Doutor Romildo J. de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores

Presidentes dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Década de 40. Exatamente neste período iniciava-se o desbravamento da região onde atualmente situa-se o Município de Araruna. A derrubada das matas verdejantes, cujas madeiras eram beneficiadas, deu lugar para o revolvimento do solo, permitindo o plantio de diversos cultivos. Muito rapidamente foi se formando um pequeno povoado, graças a presença dos seguintes Senhores e suas respectivas famílias: João Antônio Rodrigues, Paulo Toledo, Joaquim Emídio de Faria, José Ribeiro, João Martins Tavares, Ernesto Martins Tavares, José Maria de Faria e Sebastião Inácio de Faria.

A denominação de Araruna foi dada pelo Senhor Sady Silva, funcionário do Departamento de Geografia, em 1951, ocasião em que já era visível o acelerado processo desenvolvimentista.

De acordo com a Lei n. 253, dia 26 de novembro de 1954, deixando a condição de Distrito, era então criado o Município de Araruna, ocorrendo o seu desmembramento de Peabiru. A instalação do móvel municipal, oportunidade em que também tomou posse como primeiro Prefeito o Excelentíssimo Senhor Darvino Batista Guaranês, eleito também junto com o Poder Legislativo, se deu em 1955, dia 29 de novembro.

Tendo uma população de 14.221, dos quais 4.530 residindo no perímetro urbano, e o restante, 9.691 na zona rural, Araruna tem na agricultura e pecuária sua maior base de sustentação sócio-econômica, cujas divisas têm permitido grande destaque no contexto regional, principalmente.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o registro nos Anais deste Poder é feito com inteira justiça, para, acima de tudo, reconhecer e homenagear o povo ararunense, cuja labuta é também motivo de grandes exemplos e conseqüente admiração.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações a Nova Cantu, pelo seu 22.º aniversário de emancipação política e administrativas, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira; ao Excelentíssimo Senhor Vilmar Bósio, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores, respectivamente, e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Parti-

dos Políticos existentes na cidade.

Foi nos anos 60 que a região começou a contar com a presença, já significativa, de muitas famílias. Estas, iniciaram sua fixação, primeiramente realizando a derrubada das matas, beneficiando a madeira. Junto com tal fase, mas principalmente em sua conseqüência, desenvolve-se a agricultura, que cresceu muito rapidamente tendo em vista as condições climáticas extremamente favoráveis, bem como a própria alta fertilidade da camada arável do solo.

Em poucos anos emergia daquela rica região, um povoado, chamado desde então, de Nova Cantu, com a presença de inúmeras residências, além de casas comerciais.

Fora de qualquer dúvida, foi graças a ação destemida dos pioneiros, superando dificuldades com a sua capacidade inigualável de realização, que Nova Cantu, em 29 de novembro de 1963, desmembrando-se de Roncador, tornava-se Município, sendo que no ano seguinte, no dia 14 de dezembro ocorria a instalação do móvel municipal, conforme a Lei n. 4.788, oportunidade em que também tomou posse, como primeiro Prefeito-eleito, o Excelentíssimo Senhor Lindolfo Ferreira Ávila.

Ao completar 22 anos de autonomia administrativa e políticas, Nova Cantu representa, nos dias de hoje, importante parcela no desenvolvimento do Paraná, notadamente em relação a região a qual faz parte, a Centro-Oeste.

Quero, através do presente requerimento, que fique constado nos Anais desta Casa, o exemplo do trabalho honesto e incansável de sua gente novacantuense, a quem dirijo, juntamente com as autoridades constituídas, os cumprimentos, reconhecendo e acreditando de que novas etapas de progresso haverão de ser atingidas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo em favor do Doutor JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Digníssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado, pela instituição em nossa Capital das Promotorias Especiais de Defesa ao Consumidor (SEDC) e Defesa ao Meio-Ambiente (SEDMA), ambas já em funcionamento.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985  
(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação das Promotorias Especiais de Defesa ao Consumidor (SEDC) e de Defesa ao Meio-Ambiente (SEDMA), constitui-se num grande marco contributivo do

Ministério Público à comunidade, no tocante aos problemas de ordem social.

Ambos os órgãos, agilizados pelo insigne Procurador-Geral de Justiça por dispositivos legais ( Leis Federais n.s 7.244/84 e 7.347/85), visam proporcionar efetivos meios de defesa aos tantos que recorrem ao Judiciário, principalmente àqueles que são lesados em sua boa-fé na área do consumidor, assim como na defesa de danos causados ao meio-ambiente.

Certamente o SEDC e o SEDMA, a exemplo do Juizado Especial de Pequenas Causas, trarão benéficos resultados ao público usufruidor de seus serviços. Ambos já estão em franca atividade, funcionando à Travessa Agostinho de Macedo, n. 106, no Centro Cívico, sob a coordenação da Procuradoria de Justiça, e assistidas pelos ilustres Promotores Públicos, doutores Edson Vidal Pinto e Renê Kravetz.

Assim, nada mais justo do que a expressão de júbilo e satisfação desta Casa em favor do Doutor Jerônimo de Albuquerque Maranhão pela feliz iniciativa de instituir as Promotorias Especiais, cujas prestações de serviços enriquecerão mais ainda nosso Poder Judiciário perante a comunidade.

Requer-se, pois, a inserção do nosso regozijo, pedindo-se seja cientificado o ilustre Procurador-Geral de Justiça do transcrito nos anais desta Casa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPASA- Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a construção de uma unidade armazenadora dessa Companhia na Municipalidade de Mariluz.

A iniciativa da presente solicitação é do Excelentíssimo Senhor Adonias José Dias, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, ele afirma ser de fundamental importância a implantação de uma unidade armazenadora naquela cidade. Pois o referido armazém permitirá já de início, eliminar uma série de transtornos com relação à época das colheitas, quando especialmente os pequenos agricultores são obrigados a correr sérios riscos com relação a qualidade de seus produtos.

Diante dos motivos aqui apresentados, é de se esperar que medidas sejam estudadas, visando concretizar o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor responsável do SESC no Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho, encarecendo o desenvolvimento de estudos visando avaliar as reais possibilidades da implantação desse órgão na Municipalidade de Campo Mourão.

Torna-se perfeitamente dispensável ter comentários a respeito da importância e filosofia de trabalho do SESC- Serviço Social do Comércio.

Justamente por esta razão, incluindo-se aí outro motivo, que é a importância sócio-econômica hoje alcançada por Campo Mourão, a Associação Comercial e Industrial daquela cidade, Presidida pelo Ilustríssimo Senhor Dilmar Daleffe, vê a real necessidade a implantação desse órgão, face também a carência em se ter uma estrutura que permita, efetivamente, melhorar as condições do setor comercial da cidade. É de capital importância, ante aos motivos aqui expostos, que estudos neste sentido sejam feitos a fim de se concretizar a presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR- Telecomunicações do Paraná, no sentido de urgenciar a instalação de novos terminais telefônicos no Distrito Administrativo de Piquirivai, pertencente a Municipalidade de Campo Mourão.

Tendo em vista os constantes reclamos, por parte da população e com base em comunicado feito pelo Ilustríssimo Senhor Olivo Dalcanali, morador bastante antigo daquela localidade, o presente expediente tem a finalidade especial de informar a esta Companhia que providencie a instalação de novos terminais telefônicos em Piquirivai.

Ademais, vale ressaltar que Piquirivai há muito tempo já comporta a instalação dos referidos terminais, necessidades verificada tanto no setor comercial, quanto em residências.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, Doutor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a transferência de Central DDD 0465 para 0452 do Município de Boa Vista da Aparecida.

Outrossim, pelo envio de cópia deste requerimento ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Boa Vista da Aparecida, Senhor Francisco Krefta.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Município de Boa Vista da Aparecida, situa-se na Região Oeste do Paraná, e o pólo é a cidade de Cascavel, distante aproximadamente 70 Km, e as atividades do povo boavistense com determinados órgãos, tais como INAMPS, FUNRURAL, MINISTÉRIO DO TRABALHO, e outros, estaduais e federais, são ligados a cidade de Cascavel.

E que, a maioria das ligações telerônicas são realizadas para Cascavel, não só para o contacto com os órgãos públicos, mas também para negócios, tanto para compras como para vendas de mercadorias ou produtos de ambos os municípios.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Otavio Julio Moreira Lima, solicitando novo aeroporto para o Município de Cascavel, com infra-estrutura capaz de atender as necessidades regionais.

Requer ainda, envio de cópia ao Doutor Hylo Francisco Bresolin, Presidente da CACIOPAR em Cascavel, Rua Pe. Champagnat, 157.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que Cascavel é uma cidade pólo de toda uma região e seu aeroporto atende a demanda do Oeste e uma grande parcela do Sudoeste do Paraná e que o mesmo vem demonstrando deficiências técnicas, chegamos à conclusão de que necessário se faz a construção de um novo aeroporto com uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades regionais.

Conforme denúncia de inúmeros pilotos e afirmações de técnicos do Ministério da Aeronáutica, o Aeroporto Coronel Adalberto Mendes da Silva, foi traçado sem a obser-

vância da direção dos ventos que durante a primavera, sopram fortemente do Nordeste sobre a pista construída no sentido Norte - Sul, ameaçando, por várias vezes, lançar os aviões para fora da pista, por pouco não provocando graves acidentes.

A propósito, por reiteradas vezes tem ocorrido de aeronaves, que transportavam autoridades Federais e Estaduais, em virtude das dificuldades de pousarem em Cascavel, tiveram que se deslocar para outros aeroportos da Região, mais especificamente ao de Foz do Iguaçu e Maringá, aumentando os custos de transportes.

Isto significa dizer, que a viagem terrestre Cascavel - Foz do Iguaçu ou Foz do Iguaçu - Cascavel, em seus 140 quilômetros consomem duas horas de viagem, quando além dos riscos de acidentes numa rodovia de tráfego intenso ocorre desgastes do veículo e consumo de combustível. Além do mais, esta situação se aplica a diversas cidades vizinhas mais distantes ainda: Toledo, acrescenta-se 40 quilômetros; Guaraniaçu, 70 quilômetros, Corbélia, 24 quilômetros; e ainda outras cidades como Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Palotina e outras bem mais distantes.

Já que o atual Aeroporto de Cascavel apresenta esta gravíssima deficiência, e que a Região necessita de um campo de pouso dotado de uma perfeita e completa infra-estrutura par atender a sua demanda, seria de bom alvitre reivindicar às autoridades competentes, que dotem Cascavel de um aeroporto amplo e com capacidade de possibilitar aterrissage de aviões de grande porte, inclusive.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deni Schuwartz, solicitando a construção do desvio asfáltico nas localidades de Quatro Pontes, Novo Sarandi e Vila Nova, acostamento e recapeamento do trajeto Marechal Cândido Rondon e Trevo de Vila Nova.

Requer, ainda, envio de cópia ao Doutor Hylo Francisco Bresolin, Presidente da CACIOPAR em Cascavel, Rua Pe. Champagnat, 157, e ao Presidente em Marechal Cândido Rondon, Doutor Waldoir Dickel, Rua Sergipe, 625.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando o alto número de veículos que trafegam por este trajeto, das regiões Sul e Oeste do Paraná e Estados circunvizinhos, para Guaíra, Paraguai e Mato Grosso do Sul e vice versa, e que este é o

único trajeto asfaltado para os Rondonenses se deslocarem a Cascavel e à Capital do Estado.

Que este trajeto asfaltado foi construído da maneira mais simples para atender o município, mas com o grande fluxo de veículos, inclusive o transporte pesado, e com o passar dos tempos tem se deteriorado em sua grande maioria, oferecendo atualmente precárias condições de tráfego, com o movimento de veículos pelo centro destas localidades, tendo obrigatoriamente que passar diversas lombadas em cada localidade, prejudicando assim os pneus dos carros de carga e castigando o próprio veículo além do considerável desperdício de tempo e o grande perigo para os habitantes destas localidades, principalmente às crianças.

Que a necessidade existente da reformulação deste trecho asfáltico, a construção destes desvios em pouco viria onerar, compensando diretamente com a diminuição do custo do transporte que neste trecho representa mais de 20%, avultando muito as empresas que por ali transitam com seus caminhões, diversas vezes ao dia.

Que com a ligação asfáltica de Marechal Cândido Rondon a Foz do Iguaçu, e principalmente a conclusão da Ponte de Ilha Grande em Guaíra, o tráfego oriundo do Mato Grosso aumentará consideravelmente, havendo por prioridade a reformulação deste trecho asfáltico.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, envio de expediente ao Coronel Raul Victor Lopes, solicitando a criação e instalação de uma corporação de Bombeiros da Polícia Militar, solicitando a criação e instalação de uma corporação de Bombeiros da Polícia Militar para Marechal Cândido Rondon.

requer, ainda, envio de cópia ao Doutor Hylo Francisco Bresolin, Presidente da CACIOPAR em Cascavel, Rua Pe. Champagnat, 157, e o presidente em Marechal Cândido Rondon, Doutor Waldoir Dickel, Rua Sergipe, 625.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando o desmatamento havido nas épocas idas em nosso município, a existência de inúmeras benfeitorias construídas em madeira, e o fácil acesso de fogo, principalmente em épocas secas que ocorrem atualmente.

Que Marechal Cândido Rondon possui mais 700 empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, bem como, mais de 7.300 propriedades agrícolas, que re-

presentam a 20% da economia estadual, contribuindo com altas somas aos cofres públicos estaduais, e no entanto não possui uma corporação de bombeiros à altura para que possa atender as necessidades, protegendo do fogo suas propriedades.

Que devido as planícies onde o vento adquire maior velocidade e a pouca existência de rios ou sagas, que possam barrar o fogo, alastra-se fácil e rapidamente, proporcionando sempre elevados danos materiais nos estabelecimentos e propriedades afetando diretamente a nossa economia e consequentemente do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, DOUTOR CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES a transformação do Posto Avançado do Banco do Brasil em agência definitiva no Município de Vera Cruz do Oeste, Doutor Anélio Ansolin- Av. P.A. Cabral, s/n.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo Vera Cruz do Oeste um município essencialmente agrícola, com cerca de 2.200 propriedades rurais, quase todos de médio e pequeno porte, é responsável por uma grande população de grãos, tendo nos últimos três anos se destacado também com uma boa produção de algodão necessitando assim de maior apoio.

Este apoio é estímulo a maior produção e só será possível com a transformação do posto avançado como agência. dada a necessidade de maiores recursos financeiros que demanda para o setor, uma vez que as grandes dificuldades que o País só serão sanadas com trabalho e esforço, os produtores veracruzenses poderão contribuir com sua parcela se tiverem o apoio necessário.

A agência daquele estabelecimento de crédito no município irá proporcionar aos produtores condições de trabalho adequado para aumentar a produção, visto terem eles maiores recursos, além de maior facilidade na movimentação das contas bancárias sem ter que deslocar a outras cidades para obter apoio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando providências para uma reforma



na Delegacia de Polícia no Município de Cândido de Abreu- Pr.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, o imóvel em que se encontra atualmente instalada a Delegacia de Polícia, encontra-se em estado deplorável, com as paredes em ruínas, os pisos e paredes em total abandono, causando com isto, sérios transtornos aos Delegados, Inspectores, Agentes, Servidores e até mesmo aos presos.

Considerando que o imóvel não oferece nenhuma segurança, é inadmissível esperar uma melhor ação por parte da polícia e utópico esperar o apoio da coletividade.

Leve-se em conta também o fator significativo, que é o de que CÂNDIDO DE ABREU, possuir uma vasta área de plantio e de pecuária, razão pela qual solicitamos a brevidade em virtude do inquestionável estado de abandono que se encontra aquela delegacia.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando a concessão de uma viatura policial para o Município de Cândido de Abreu-Pr.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade comprovada e urgente, visto que o setor de Segurança daquele Município, encontra-se deficitário e sem possibilidade de atender as prioridades do Município.

Outrossim, fazemos a presente reivindicação, certos de poder contar com a compreensão e apoio das autoridades competentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Regional do E.C.T. no Paraná, RONES RIBEIRO LAYNES, solicitando a instalação de uma Agência de Correios e Telégrafos no Município de Cândido de Abreu-Pr.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Cândido de Abreu, é um município com aproximadamente 50 mil habitantes, contando com ativo comércio, indústria, agricultura e pecuária.

Sua população luta pela ampliação e melhoria de suas ligações com os maiores centros, através de uma Agência de Correios que deixa muito a desejar à comunidade local.

Procurando obter essa melhoria, os moradores contam conosco na instalação da referida Agência no Município.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Doutor Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Cascavel, visando atendimento regional.

Requer, ainda, envio de cópia ao Doutor Hylo Francisco Bresolin, Presidente da CACIOPAR em Cascavel, Rua Pe. Champagnat, 157.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que no ano de 1978, por iniciativa de lideranças locais, foi reivindicada a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, período em que foram criadas as Juntas de Maringá, Guaruapuava, União da Vitória e Cornélio Procopio.

Considerando que no ano de 1984, somente em Cascavel foram registradas 1.200 ações trabalhistas e em 1985 até 15 de outubro 1.500 processos trabalhistas, devendo este número ultrapassar a casa dos 1.600, comprometendo o trabalho dos três juizes das Varas Cíveis que acumulam funções, pela ausência de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

Considerando que a morosidade na decisão de tais ações gera insatisfação no plano social e prejuízos a ambas as partes.

Considerando que a essência da ação trabalhista é o acordo, dificultado pela ausência de uma Junta especializada.

Considerando que em locais onde não existem junta de conciliação o índice de acordo não chega a 40% apenas, em contra partida, e, onde existe, este índice ultrapassa os 80%, evitando-se a radicalização.

Considerando que uma Junta de Conciliação é formada por um Juiz especializado



e mais dois vogais, (representantes das partes) com poder de decisão e com a dedicação exclusiva, possibilitando uma maior agilidade.

Considerando que uma Junta de Conciliação e Julgamento viria não somente atender o município de Cascavel mas boa parte da região Oeste.

Considerando que pelas suas características, uma Junta de Conciliação viria agilizar esta área, apresentamos este requerimento esperando seu deferimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial do "Jornal do Estado", do jornalista Roberto Barrozo Filho.

Sala das Sessões, em 28/10/85.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Mensagem Governamental que tramita nesta Casa sobre a Nova Organização Judiciária que altera a situação de diversos distritos e comarcas beneficia, com justiça, muitos municípios paranaenses. O jornalista Roberto Barrozo Filho, em seu editorial, faz um reparo abraçando a bandeira do Litoral paranaense ao se aliar à luta pela criação de Entrância Especial para a comarca de Paranaguá. Trata-se de um anseio e necessidade do Litoral paranaense que tantas contribuições deu e continua propiciando para o desenvolvimento econômico e cultural do Estado. Paranaguá, como bem lembra o jornalista, filho de Paranaguá como nós somos, foi a cidade onde foi instalado o primeiro pelourinho no Paraná, símbolo da distribuição da Justiça e terra de grandes juristas. Portanto, a criação de Instância Especial em Paranaguá é uma questão de Justiça.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.315/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Ficam retificadas as divisas do Distrito de Colônia Murici no município de São José dos Pinhais, que passam a ser as seguintes:

- Começa na Cabeceira do Rio Miringuava, descé pelo Rio Miringuava até a ponte sobre o mesmo Rio Miringuava situada na Rodovia BR-376, que liga Curitiba a Joinville, segue-se pela Rodovia BR-376 até a Ponte sobre o Rio Iguaçu, sobre pelo Rio Iguaçu acima até a confluência com o Rio Itaquí, sobre pelo Rio Itaquí acima até a sua Cabeceira, deste ponto segue-se em li-

nha reta até encontrar a Cabeceira do Rio Miringuava ponto de partida.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção, com o presente projeto de lei, é a de corrigir problemas na definição das divisas do referido distrito. Como não acarretará nenhuma alteração no próprio Município, simplesmente dando as dimensões corretas do Distrito de Colônia Murici, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.316/85 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Aos funcionários públicos estaduais, poderá ser concedida aposentadoria com proventos proporcionais ao respectivo tempo de serviço, desde que contem, ou venham a contar dentro do prazo previsto no artigo 3.º, 10 (dez) anos, no mínimo, de serviço público, computados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto neste artigo aos funcionários públicos estaduais que se encontram aguardando solução de pedido de aposentadoria proporcional deferido anteriormente, cujos atos ficam convalidados, ou àqueles postos em disponibilidade em decorrência extinção ou desnecessidade dos cargos que ocupavam.

Art.2.º - Ressalvado os casos expressos em lei, o funcionário que se aposentar com fundamento nesta lei não poderá adquirir outro vínculo com a Administração Estadual ou Fundação instituída pelo Estado, sob pena de cassação da aposentadoria.

Art.3.º - A aposentadoria voluntária, a que se refere o artigo 1.º, somente será concedida aos que a requererem até o dia 31 de dezembro de 1986.

Art.4.º - Para efeito da proporcionalidade estabelecida por esta lei, serão calculados os proventos de conformidade com o vencimento básico e demais vantagens como se a aposentadoria estivesse sendo processada no prazo normal, dividindo-se o total obtido pelo número de anos exigidos para a referida aposentadoria, com imediata divisão pelo tempo de serviço prestado proporcionalmente pelo interessado.

Parágrafo Único - Procedida a contagem do período mínimo de 10 (dez) anos exigidos por esta lei, o tempo de serviço restante será computado em dias arredondando-se as frações que excederem a 182 (cento e oitenta e dois) dias.

Art.5.º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e  
ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Tugui Setogutte, Ezequias Losso, Edgard Pimentel e Ivan Gubert.

**JUSTIFICATIVA:**

O Governo Federal está anunciando que deverá, nos próximos dias, viabilizar a aposentadoria proporcional voluntária dos servidores públicos que a requererem até o final do ano próximo vindouro.

Agora, através de Lei Complementar, embora fixando a transitoriedade da medida, acreditamos que, de maneira similar à administração pública federal, poderemos restabelecer o direito à aposentadoria proporcional até 31 de dezembro de 1986.

Em que se pese o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à inaplicabilidade da Emenda Constitucional n.21, de autoria do segundo signatário, parece que o Ministério da Administração está encontrando o mesmo caminho, numa prova inequívoca de que a medida que o Paraná tentou colocar em prática estava certa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é o dia nacional de ações de graças. É a oportunidade para refletirmos sobre a magnitude do poder de Deus Criador e Mantenedor, manifestado na vida de cada um de nós. É também o momento apropriado para agradecermos por seus cuidados especiais, que tem sido constantemente manifestados. Para louvar o seu excelso nome, Deus, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é invocado diariamente, quando da abertura das sessões desta Assembléia Legislativa, é a fonte da sabedoria. E enganosa, muito enganosa é a mente do ser humano, que pretenciosamente pretende alcançar posições que estão baseadas tão somente nos seus próprios interesses, nos seus próprios desígnios.

Deus, entretanto, pela sua misericórdia, sabe que somos limitados. Sabe que usamos mal, muitas vezes, a capacidade de discernimento que ele nos outorgou quando nos formou. Manifesta assim seu amor, proporcionando-nos, apesar de tudo, as condições para nosso desenvolvimento e para nossa felicidade.

Em nome do grupo parlamentar do Movimento de Liderança Cristão, expressamos neste dia como em outros, a nossa gratidão, por tudo que temos recebido. E con-

fiando nas suas maravilhosas promessas reveladas, rogamos que continue a nos orientar. Que nos incentive a buscá-lo mais, para que a nossa Nação e o nosso Estado, alcancem num clima de ordem e de progresso, de paz e de justiça, o que de melhor pode ser conseguido através da associação da força divina com o trabalho humano. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Representação do PMDB.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra à Representação do PDS.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação da Frente Liberal. Declina.

Concedo a palavra à Representação do PDT. Declina.

A Mesa anuncia com grande satisfação a presença nesta Casa, dos alunos da 4.ª série da escola "Mirazinha Braga" e suas professoras. Desejamos, em nome do Poder Legislativo, uma feliz estadia nesta Casa.

Está encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Emenda ao Projeto de Lei n.244/85, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiada, constante do expediente. À CCJ., para juntar ao projeto em pauta.

Emenda ao Projeto de Lei n.244/85, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, devidamente apoiada. À CCJ., para juntar ao projeto em pauta.

Emenda ao Projeto de Lei n.285/85, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, constante

do expediente. À CCJ., para juntar ao projeto em pauta.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.96/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a JOSÉ JOFFELY. Aprovado. (Publicado no D.A. 49, de 30/05/85.)

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.219/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.165/84) objetivando alterar a redação do Artigo 27, da Lei n.7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar providências com vistas a estabelecer condições para implantação, através do ITC, do "Plano de Colonização para fins de Concessão de Uso" em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e da C.T.I.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com emenda de 3.<sup>a</sup> Discussão.

Em votação a Emenda de n.01 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.02 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.03 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.04 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.05 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.06 - Aprovada.

Em votação a Emenda de n.07 - Aprovada.

O projeto e as emendas irão à Redação Final.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.384/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Desembargador JAMES PORTUGAL MACEDO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.46/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Paranaíba, Escola Técnico-Agrícola em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Técnico-Agrícola Heitor Alencar Furtado". Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.E. por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.78/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MOREIRA SALES, com sede em Moreira Sales e foro no município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.84/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO, diretor presidente da Legião da Boa

Vontade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.114/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.108/85) Anteprojeto de Lei autorizando o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do município de Laranjeiras do Sul, os lotes de terreno que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n.5596, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.125/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL DIOCESANA BOM SAMARITANO PROCOPENSE, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.132/85, de autoria do Poder EXECUTIVO (Mensagem n.130/85) que objetiva autorizar doação, ao município de Coronel Vivida, da data de terreno n.4, da Quadra n.6, com área de 1.400,00m<sup>2</sup>, situada na sede do referido Município, com as edificações nela existentes, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.148/85, de autoria do Deputado Edgard Pimentel, que declara de Utilidade Pública o SERRA CLUBE CIDADE SORRISO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.184/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.154/85) que autoriza o PODER EXECUTIVO abrir Crédito Especial, ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, até o valor de Cr\$2.000.000.000 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.207/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CECÍLIO DO REGO ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.



EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.241/85

Mensagem 173/85 - 16/09/85.

Artigo 102 -

§ 3.<sup>o</sup> - O Cargo de Diretor Secretário,

símbolo DAS-3, fica transformado em cargo isolado, de Diretor Administrativo, de provimento efetivo sob o mesmo símbolo de remuneração.

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Odeni Mongruel, Irondi Pugliesi, Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César.

#### JUSTIFICATIVA:

Prover de forma efetiva a direção administrativa Geral do Estado é, antes de tudo, um ato de interesse público. A modernização administrativa, a dinâmica e a peculiaridade do trabalho, exige a presença constante de uma pessoa intimamente ligada ao serviço.

A Procuradoria Geral do Estado, durante muitos anos permaneceu à margem de qualquer processo de modernização. Hoje, com o desenvolvimento e implantação do sistema de informática, não mais se concebe a possibilidade de ver tal trabalho ruir por falta de alguém sintonizado e preocupado com essa evolução.

Além dos considerandos atrás ventilados, cumpre dar à Procuradoria Geral do Estado o mesmo tratamento da Procuradoria Geral da Justiça onde o Diretor Administrativo exerce igual função em cargo de provimento efetivo.

Não há demérito para a administração pública quando os atos do Governante são voltados para o interesse dela. Preservar sua identidade e assegurar sua evolução é, antes de mais nada, do maior interesse público. Assim, o que hoje se realiza e termos administrativos na Procuradoria Geral do Estado é digno dos maiores encômios, merecendo de nossa parte assegurar que tal processo continue.

Nossa emenda encontra amparo legal na Lei n.6.174/70, artigo 24, inciso II, onde diz: Em caráter efetivo, quando se tratar de nomeação para classe singular..."

Enquadra-se perfeitamente no disposto acima, pois que tal atividade é peculiar e de interesse da instituição que não pode mais sofrer emperramentos de natureza administrativa.

É legal.

É constitucional.

E acima de tudo justo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.241/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.173/85), que dispõe sobre o estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., ao Projeto e a EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda Adi-

tiva de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

Em discussão o projeto e respectiva emenda. Em votação, ressalvada a emenda. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.242/85, do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.177/85), que objetiva acrescentar parágrafo 3.º, ao artigo 49 da Lei n.5849, de 25/09/68. (Estatuto do Ministério Público do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, nos seguintes termos:



#### EMENDA DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.242/85

Acrescente-se art.2.º, com a redação que segue, renumerando-se o atual artigo 2.º para 3.º.

"Art.2.º - O artigo 129 da Lei n.5.849/68, acrescido de Parágrafo Único, passa a ter a redação que segue, ficando renumerado seu atual artigo 129 para 130:

Art.129 - A Associação Paranaense do Ministério Público, dotada de personalidade jurídica, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei n.6.424, de julho de 1973 é a entidade de representação da Classe e dela fazem parte os membros do Ministério Público em atividade, disponibilidade e aposentados, que desejarem.

Parágrafo Único - Poderá afastar-se para exercer seu mandato na entidade representativa da classe, o Presidente eleito, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento."

Sala das Sessões, em 28/11/85.

(aa) NILSO SGUAREZI e

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Apoiamento: Ivan Gubert, Nelson Buffara e Luiz Alberto Oliveira.

#### JUSTIFICATIVA:

Quando foi elaborado o projeto que resultou na Lei n.5.849/68, omitiu-se dispositivo tratando da entidade representativa da Classe dos integrantes da carreira do Ministério Público.

Presentemente, dispositivo "ipsis litteris" do "caput" do artigo de que trata esta emenda, foi inserido no anteprojeto que se encontra em fase de estudos no Palácio Iguaçu, que tem por objetivo adaptar o Estatuto Estadual do Ministério Público à Lei Complementar Federal n.40/81.

O Parágrafo Único tem a finalidade de propiciar a dedicação integral do Presidente à Associação para a qual foi eleito.

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.199/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.200/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.201/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.203/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.213/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.174/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Centenário do Sul, área de terras medindo 10.440,00m<sup>2</sup>, destacada do lote n.111, Gleba 2, situada na Colônia Centenário, com benfeitorias, objeto de transcrição n.9745 de 12.09.60, do Livro 3-H, fls.245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.220/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIACU - APAE, com sede e foro no município de Guaraniacú. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE

URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.226/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao município de Jataizinho, os lotes datas n.10 e 12 da quadra 14; lote n.09 da quadra 14; e lotes datas n.01, 03, 05, 07, 09 e 11 da quadra 15, todos da zona urbana de Jataizinho, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.230/85, de autoria do Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de 01 (um) salário mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivências e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.233/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI a Rodovia PR-546, que interliga os municípios de Floresta/Itambé e Bom Sucesso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.236/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e FIORI LUIZ, que denomina RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR, a estrada que liga Ibiporã - Sertãoópolis, PR-090. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo..

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.237/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.176/85), que objetiva criar mais 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada por 3 (três) sessões do Projeto de Lei n.237/85. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.237/85 por 3 (três) sessões.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.239/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.183/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo, permutar terrenos com área de 3.659,16m<sup>2</sup>, no município de Paulo Frontin,

por outro do domínio do município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51m<sup>2</sup>, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.240/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.185/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao município de Piên, de terreno e benfeitorias nele existentes, situado à rua L, na sede da Municipalidade, objeto de Transcrição n.368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.247/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.264/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL - ASPE, com sede e foro no município de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.270/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a PASTORAL DE BAIROS RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.68/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.92/85), que objetiva a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em Comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e EMENDA, por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. aprovado. (Publicado no D.A. 36, de 08/05/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.68/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 92/85, o presente Projeto de Lei

n.68/85, tem por objetivo a criação de 4 (quatro) cargos de provimento em comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura de Secretaria de Planejamento.

Os arts. 25, § 1.º, "b" e 47, I, da Constituição do Estado atribuem ao Governador a competência exclusiva para iniciar o processo legislativo das leis que importem na criação de cargos.

Entretanto, é do nosso conhecimento que, no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, os cargos em comissão com a denominação de Assessor de Controle de Resultados, símbolo DAS-5, salvo uma exceção verificada na SEED, não estão sendo ocupados.

Assim, para que sejam evitadas futuras propostas de criação de cargos assemelhados, em quantidade maior do que a necessária, entendemos que os referidos cargos devem ser transformados, a fim de propiciar maior flexibilidade de atribuições, aos seus futuros ocupantes, parecendo-nos que a denominação Assessor é a mais apropriada, segundo se despreende da proposta contida no presente plano de lei.

Isto posto, vez que a simples alteração não importará em aumento de despesa e evitará a criação de novos cargos, opinamos pela APROVAÇÃO DO PROJETO, COM A EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.68/85

Acrescente-se parágrafo único ao art.1.º, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Os atuais cargos de provimento em comissão da estrutura administrativa do Poder Executivo, com a denominação de Assessor de Controle de Resultados, símbolo DAS-5, ficam transformados em cargos com a mesma denominação e simbologia daqueles criados no "caput" deste artigo."

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.68/85

PARECER:

O plano de Lei em exame oriundo do Poder Executivo, visa criar, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento cargos de provimento em Comissão conforme específica.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

O âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto fi-

Financeiro, temos que o orçamento geral do Estado, na rubrica Pessoal, contempla numerário suficiente para que a criação de novos cargos sejam possíveis, desde que assim exija a administração no seu mister de melhor cotá-la de pessoal especializada.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/11/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;  
HOMERO OGUIDO RELATOR.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.124/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que dispõe o cálculo de gratificação de que trata o inciso III, do art.172, da Lei n.6174, de 16/11/70, dever-se-á considerar como vencimento a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 64, de 26/06/85).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.124/85

PARECER:

O presente plano de lei, inicialmente distribuído ao nobre Deputado Basílio Zannusso, foi redistribuído, a fim de ser apreciado em conjunto com o Projeto de Lei n.123/85, ambos de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert.

Realmente, assistia razão ao eminente Parlamentar que solicitou o apensamento dos projetos, pois, embora opinemos no sentido de que ambos voltem a Plenário desapensados, de muita valia se tornou a apreciação conjunta desses planos de lei.

O Parecer ao Projeto de Lei n.123/85 segue em separado.

Quanto ao presente projeto, entendemos que a redação proposta pelo seu autor, ao art.88 da Lei n.7.051/78, com pequena modificação, seria o complemento ideal para dissipar todas as atuais dúvidas quanto à aplicação do art.177 da Lei n.6.174/70.

Assim, ao aproveitarmos parte daquele texto para apresentar a emenda substitutiva em anexo, com objetivo de acrescentar Parágrafo Único ao dispositivo supra-citado, procuramos aperfeiçoar a redação original do presente projeto de lei.

A solução para o problema gerado pela dupla interpretação do artigo 177 da Lei n.6.174/70, tem sido procurada, administrativa ou judicialmente, já vários anos.

Desta Casa, inúmeros projetos de lei e sugestões foram encaminhadas ao Poder Executivo, mas, com a junção do tempo inte-

gral e serviço extraordinário para efeito de aposentadoria, a solução encontrada resolveu apenas parcialmente o problema.

A propósito, não se concebe que, neste caso, vários decretos tenham sobreposto o texto da lei, a ponto de causar tamanha confusão.

Nossa afirmativa parte do fato dessa gratificação estar sendo paga sobre o vencimento básico acrescido dos adicionais, e idêntica modalidade de cálculo ter sido adotada durante certo tempo, tanto no Poder Judiciário quanto nesta Assembléia Legislativa, através de interpretações diferentes do texto legal vigente.

Desta maneira, enquanto no Tribunal de Contas os adicionais são considerados para efeito de cálculo, nesta Casa e no Tribunal de Justiça, seguindo o exemplo do Poder Executivo, o cálculo está sendo procedido sobre o vencimento básico.

Como não poderia deixar de acontecer, vários servidores públicos têm recorrido ao Poder Judiciário, onde o egrégio Tribunal de Justiça já firmou jurisprudência dando-lhes ganho de causa, como se pode observar dos Acórdãos ns. 360/81; 606/81 e 362/82, que anexamos ao presente.

Embora não tenhamos a sequência dos dois primeiros, resultantes dos julgamentos das Apelações Cíveis ns. 167/81 e 453/81, ambas de Curitiba, estamos juntando comprovantes, expedidos pelo agrégio Tribunal de Justiça do Estado, pelos quais não dão a confirmação do julgamento da Apelação Cível n. 59/82 (Embargos Infringentes Cíveis), pelo Supremo Tribunal Federal, e Parecer do T.C.,

Isto posto, desde que entendemos ser do interesse do Estado, bem como dos servidores públicos, que seja dada uma interpretação definitiva e correta ao texto do artigo 177 da Lei n. 6.174/70, apresentamos a emenda em anexo, como solução ideal para o problema.

Tendo em vista que o texto da Lei n. 7.051/78 não pode ser corrigido na forma proposta, OPINAMOS PELO DESENTRANHAMENTO DO PROJETO DE LEI N. 123/85, PARA SER APRECIADO EM SEPARADO, sem prejuízo da contribuição que seu autor nos deu para a apresentação deste estudo.

Finalmente, quanto ao presente plano de lei, OPINAMOS FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO



Art. 1.º - O artigo 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 177 - ... ..

Parágrafo Único: Considera-se vencimentos, para efeito deste artigo, o vencimento básico acrescido dos adicionais a ele incorporados, na forma dos artigos 170 e 171 desta lei".

Art.2.º - Os cálculos para pagamento da gratificação prevista no artigo anterior, inclusive para os servidores inativos, observado o disposto no artigo 140 da Lei n. 6.174/70, quando for o caso, deverão ser retificados "ex-offício", com efeitos financeiros devidos a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação desta Lei.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.124/85

PARECER:

O projeto de lei presentemente em análise, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, visa disciplinar a forma de cálculo para pagamento de gratificação percentuais no inciso III do artigo 172 da Lei n. 6174/70, definindo o que seja vencimentos.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando-se favoravelmente quanto ao aspecto legal e constitucional, da Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto de lei.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto de análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei com a respectiva Emenda Substitutiva Geral.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N. 124/85

PARECER.

Tem por objetivo o presente projeto de autoria do ilustre Deputado Ivan Gubert, alterar dispositivo da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A matéria já passou por duas Comissões Técnicas, primeiramente, pela Comissão de Constituição e Justiça que após minucioso estudo, quer da parte legal ou constitucional, apresentou um Substitutivo Geral, no sentido de melhor solucionar o problema que vem se agravando devido as diversas interpretações do Artigo a que se propõe alterar.

Quanto a sua parte financeira, o mesmo parecer favorável da Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, que é chamada a opinar sobre o mérito do projeto, temos que o mesmo vem de encontro aos interesses do Estado e também dos servidores.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à matéria, na forma do Substituto Geral, apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1985.

(aa) ODENI MONGRUEL  
Presidente  
ERVIN BONKOSKI  
Relator

DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 273/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR E OUTROS, que denomina de "JOSÉ ADAMOWICZ" o trecho de Rodovia PR 239, compreendido entre as cidades de Cândido de Abreu e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Public.no D.A. n. 113, de 22/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 273/85

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por objetivo denominar de JOSÉ ADAMOWICZ o trecho da Rodovia PR-239, compreendido entre as cidades de Cândido de Abreu e Reserva, neste Estado.

Chamada esta Comissão a opinar sobre sua legalidade e constitucionalidade, nada encontrou que possa obstar sua tramitação. O parecer, portanto é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 134/85

APENSO PROJETO DE LEI N. 135/85

PARECER:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 153/85, (Ex-Projeto de Lei 134/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETOS DE LEI N. 134/85 e 135/85

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 153/85

Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul:

Começa no Rio São Joaquim, no ponto em que o mesmo é cortado por uma linha reta e seca que vem desde a foz do Córrego Ourilândia em direção à nascente do Ribeirão Raposo Tavares, segue por esta linha reta e seca até a cabeceira do Ribeirão Raposo Tavares, donde por uma linha seca alcança o espigão divisor das águas dos rios das Lontras e Óleo Pardo, seguindo por este divisor rumo sudoeste e posteriormente rumo sudeste pelo divisor das águas dos rios Óleo Pardo e Lontras, até a nascente do córrego Catarina pelo qual desce até a sua foz no Rio Lontras subindo por este até a divisa entre os lotes 12-B A-128 seguindo por esta divisa até encontrar a estrada Bourbônia - Paraíso do Sul, pela qual segue em sentido Paraíso do Sul até cruzar o rio Lontras e por este abaixo até a sua foz no rio Chupador, de onde sobe por este até o cruzamento com a estrada BR-176, por esta rodovia até o entroncamento da estrada Iretama-Campo Mourão, seguindo por esta rumo norte até a nascente do rio Arurão pelo qual desce até a foz do córrego do Juca, e por este acima até a direção da estrada Souza Leão, daí seguindo em linha reta a seca alcança a referida estrada Souza Leão, seguindo por esta até o rio São Joaquim e por este abaixo até o ponto de partida.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator

Ao presente Projeto de Lei n. 134/85, de autoria do nobre Deputado RUBENS BUENO, foi anexado o Projeto de lei do nobre Deputado GILBERTO CARVALHO, de n. 135/85, versando ambos sobre a criação do Município de Corumbataí do Sul, com território desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Convertido em diligência, para a juntada de documentação prevista na Lei Federal Complementar n. 01/67, voltaram os processos revestidos das formalidades legais.

Nestas condições, neste parecer preliminar, opinamos pela consulta plebiscitária dos moradores daquela região, a fim de que se manifestem sobre a pretendida criação do Município de Corumbataí do Sul, retornando posteriormente para sua análise final.

É o parecer, com o Projeto de Resolução anexo, alterando-se as divisas conforme Emenda de fls. 12.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que autoriza o Poder Executivo criar a 20ª Subdivisão Policial com sede no Município de Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 38/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a 20ª Subdivisão Policial, com sede na Cidade de Nova Esperança e com jurisdição nos Municípios de: Florai, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranaicity, Inajá, Paranapoema e Jardim Olinda, desmembrando-os da 9ª Subdivisão Policial, com sede em Maringá.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei, tem por objetivo oferecer melhores condições de segurança a toda a região implícita no projeto.

Sendo Nova Esperança, sede de Comarca, cidade com uma infra-estrutura das melhores do Estado, pólo minirregional, entroncamento rodoviário, com acesso por rodovias pavimentadas para o Estado de São Paulo e todos os Municípios limítrofes.

Com a criação da subdivisão proposta, os senhores delegados e os policiais civis e militares, serão melhores orientados e treinados para dismantelarem poderosas quadrilhas de contrabandistas que agem na região.

Para acomodar a referida subdivisão existe o prédio da Delegacia e Cadeia Pública. É contruída de alvenaria, edificada num terreno de 5.000 m<sup>2</sup>, com área de 700 m<sup>2</sup>, contendo 23 dependências e seus espaços físicos iriam comportar instalação de Subdivisão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI NN. 38/83.**

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, autoriza o Poder Executivo a criar a 20.<sup>a</sup> Subdivisão Policial, com sede em Nova Esperança.

Transformado em diligência junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública, retornou o projeto a esta Comissão, para parecer.

"Data venia das alegações apresentadas naquela Secretaria de Estado, que não chegam a nos convencer, se nos parece que o plano de lei em questão, que tem como objetivo melhorar as condições de segurança pública numa das mais florescentes regiões do Estado, mesmo porque se trata de uma mera autorização legislativa, não pode merecer a reprovação desta Comissão.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.  
Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
ANIBAL KHURY  
Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI N. 38/83**

**PARECER:**

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, a criar a 20.<sup>a</sup> Subdivisão Policial com sede na cidade de Nova Esperança e jurisdição nos Municípios de Florai, Presidente Cas-

curitiba, Quinta, em 28.11.85

telo Branco, Atalaia, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Inajá, Paranapoema e Jardim Olinda, desmembrando-se da 9.<sup>a</sup> Subdivisão Policial, com sede em Maringá.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando o aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, a medida proposta visa atender aquela progressista região de nosso Estado, centralizada em Nova Esperança, ocasionando um melhor atendimento no setor policial.

Este atendimento vem sendo requisitado pela laboriosa população a fim de suprir a área de segurança com melhores condições, proporcionando tranquilidade aquela região situada entre o nosso Estado e São Paulo.

Com isso nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
DIRCEU MANFRINATO  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 40/85, de autoria do Deputado OSVALDO A. FURTADO, que dá nova redação ao Art. 15 da Lei n. 4617, de 16.07.62, conforme específica. (Orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Public. no D.A. n. 23, de 09.04.85).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N. 40/85**

**PARECER:**

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, tem por objetivo alterar a redação do art. 15 da Lei n. 4.617, de 16/07/62, a fim de que o Estado se obrigue a consignar, anualmente, importância nunca inferior a 1% (um por cento) de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor, em seu orçamento.

Atualmente, o referido dispositivo dispõe que o orçamento do Estado deve consignar até 1% de sua renda tributária ao I.A.M..

A medida parece-nos justa, pois o texto atual, na realidade, deixa muito a desejar quanto ao seu real intento.

Embora trate de matéria relacionada

com o orçamento do Estado, dada a sua incontestável importância, opinamos FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N. 40/85, vez que o vício de origem poderá ser sanado quando de sanção governamental, caso a programação financeira assim o permita.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 40/85

PARECER:

Por intermédio do Projeto de Lei n. 40/85, o nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado procura minorar o problema do Instituto de Assistência ao Menor no desempenho das funções que lhe estão afetas.

Anteriormente, quando em exame na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável "dada a sua incontestável justiça", quando foi lembrado "que o vício de origem poderá ser sanado quando da sanção governamental".

Assim, levando em consideração o elevado espírito humanitário com que está elevada a iniciativa, e plenamente convencidos da sua justiça e oportunidade pela justificativa que a acompanha, somos favoráveis à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 104/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a alíquota de 17% para 14% de ICM indente sobre produtos e mercadorias expostos em feiras ou exposições feiras. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o Parecer. - Rejeitado. Public. no D.A. n. 54, de 11.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 104/85

PARECER:

O nobre Deputado Edgard Pimentel, através do seu Projeto de Lei que leva o n. 104/85, procura reduzir a alíquota, de 17% para 14%, de ICM incidente sobre produtos e mercadorias expostas em feiras ou exposições feiras.

Tal iniciativa, revestida de alto espírito de humanidade, visa incentivar a comercialização de produtos e mercadorias objetos de promoção e lançamento nos referidos eventos.

Ocorre, no entanto, que a proposição em tela fere os Artigos 25 e 47 da Constituição Paranaense que dispõem ser de competência exclusiva do Governador a iniciativa das Leis que disponham sobre matéria financeira.

Portanto, embora a matéria seja nós considerada humanitária e justa, recebe parecer contrário a sua aprovação por ser inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ODENI MONGRUEL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 104/85

PARECER:

Com o presente projeto, pretende o ilustre Deputado Edgar Pimentel, reduzir a alíquota do ICM que incide sobre produtos e mercadorias expostas em feiras ou exposições-feiras.

A matéria já passou pelo crivo da douta Comissão de Constituição e Justiça que julgou o conteúdo legal e constitucional.

A iniciativa se reveste do mais alto espírito de justiça estimulando maior número de vendas, beneficiando dest'arte o próprio Estado com maiores arrecadações.

Não obstante o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, não podemos deixar de acolher o presente Plano de Lei, nesta Comissão de Finanças, uma vez que se trata de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1985

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 128/85, de autoria do Deputado NELSON BUFARA e outros, que cria sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade ao Substitutivo Geral da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n. 65, de 27.06.85).

## SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI N. 128/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Litoral, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

§ 1.º - A Universidade Estadual do Litoral terá sua sede na cidade de Paranaguá e manterá cursos nessa cidade e demais municípios do Litoral e do Vale da Ribeira.

§ 2.º - O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado em fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.

§ 3.º - A denominação oficial da entidade será a de Fundação Universidade Estadual do Litoral.

§ 4.º - Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma, de sua entidade mantenedora e se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º - A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.º - O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita assencial de manutenção de cada entidade.

Art. 4.º - O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta Lei.

Art. 5.º - Todo o Pessoal da entidade serpa contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua função, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo Único - Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes

submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º - A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º - O Patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, se constituirá:

a) dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c) dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e à instituição mantenedora;

Art. 8.º - A receita da entidade se constituirá:

a) dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do Estado;

b) auxílio e doações dos Municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) das rendas patrimoniais;

d) dos rendimentos de serviços prestados;

e) da contribuição escolar.

Art. 9.º - Os recursos obtidos de anuidade pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único - Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10.º - Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, composta de dois (2) membros representantes da Congregação do estabelecimento de ensino interessado, à qual competirá:

I - elaborar, no prazo de trinta (30) dias, o ante-projeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação de Conselho Estadual de Educação.

II - eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, a ser submetida ao Chefe

do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor.

III - praticar os atos necessários ao seu desempenho os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º - O Anteprojeto de estatutos será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua aprovação em definitivo pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º - A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de quinze (15) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art.11 - Nomeado e empossado o Reitor, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da Lei.

Parágrafo Único - Empossado o Reitor extinguir-se-á, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art.12 - Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art.13 - O ato legal de criação e instituição da entidade conterá, entre outros peculiares à organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I - a denominação oficial da entidade;

II - a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoas jurídicas de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III - a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV - a designação do patrimônio a personalizar;

V - a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo quarto do artigo primeiro desta Lei;

VI - a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.

Art.14 - Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas no

distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art.15 - Ficam ressalvadas os direitos adquiridos de todo Pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art.16 - No Órgão colegiado deliberativo da Universidade do Litoral haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação.

Art.17 - - As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo quarto do artigo primeiro desta Lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporada ou congregadora respectiva.

Art.18 - Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade observar-se-á:

I - nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II - Não se interromperá a atividade letiva dos estabelecimentos de ensino.

Art.19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Estado da Educação no corrente exercício um crédito especial, destinado a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art.20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI N. 128/85.

PARECER:

O nobre Deputado Nelson Buffara, através de projeto de sua autoria e, posteriormente, de substitutivo geral a esse mesmo Projeto de Lei 128/85, autoriza o Poder Executivo a criar, sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências.

Analisando a matéria, verifica-se que em seus vinte artigos - às fls. 17, 18,

19, 20, 21 e 22 - a proposição das condições de criação, instalação da sede em Parana-guá, abertura de crédito destinado a cobrir as despesas com a execução do presente projeto, enfim permite o Poder Executivo a utilizar-se de todos os instrumentos necessários à concretização do mesmo, não ferindo, em momento nenhum, dispositivos legal ou constitucional, tendo em vista o seu caráter meramente autorizatório.

Assim sendo, o parecer desta Comissão é Favorável à aprovação da matéria, na forma do Substitutivo apresentado pelo seu autor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
ODENI MONGRUEL  
Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 128/85.

Autor do Substitutivo: Deputado Nelson Buffara.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Estadual do Litoral.

Relator: Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Buffara, autoriza o Poder Executivo a criar, sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, e dá outras providências.

A matéria, que tramita em Regime de Urgência, a partir de 06.11.85, conforme deliberação do Plenário desta Assembléia, veio a esta Comissão de Finanças, a fim de receber Parecer.

Trata-se de uma das mais importantes iniciativas legislativas do atual período de sessões da Assembléia do Paraná e está destinada alcançar a mais profunda repercussão na vida paranaense, visto que a criação de uma universidade implica em ampliar o acesso ao conhecimento, nem tanto o que provém da sabedoria e aprendizado herdados, mas conhecimento novo explorado de maneira a dar forma ao ambiente humano, visto que as universidades encontram-se mergulhadas num processo dinâmico de mudanças, que vai desde o aprendizado da juventude até a reeducação periódica realizada na maturidade.

Considero ter sido muito feliz o autor do presente projeto de lei - o ilustre deputado Nelson Buffara - ao formular em seu

discurso de apresentação deste projeto a grave denúncia de que o Paraná está passando a converter-se em motivo de vergonha - e eu acrescento: de vergonha nacional, - diante da dramática situação enfrentada pelos jovens do nosso Estado que se vêem obrigados a emprender em verdadeiro êxodo em busca de oportunidade de ingresso em escolas superiores em outras Unidades da Federação.

No Paraná de hoje ainda não aprendemos a lição do professor Frank Thistlethwaite, da Universidade East Anglia, na Grã-Bretanha, de que nas universidades contemporâneas os professores não estão mais lidando com a educação e aprendizado de uns poucos selecionados e talentosos, mas com uma ampla variedade de pessoas com uma multiplicidade de capacidades e objetivos. As pessoas da universidade tornaram-se parte de uma estrutura educacional de massa e não mais de elite.

Enquanto a taxa média nacional de alunos do terceiro grau por habitantes é de 1.16%, no Paraná essa taxa é de apenas 0.87%.

E essa situação tende a agravar-se, visto que o governo estadual relegou a segundo plano a necessidade de investir maciçamente na área da educação, bastando mencionar que, enquanto o Orçamento para 1986 cresceu 390%, no global, os recursos destinados à educação cresceram apenas 308%.

E o número de matrículas é muito baixo na rede estadual de ensino superior. Para uma população estimada em 8,5 milhões de habitantes, temos, este ano, apenas 34,5 mil alunos.

Temos a mais antiga universidade brasileira - que é a atual Universidade Federal do Paraná - , porém, em termos de iniciativa estadual, paramos em 1969, quando a Comissão de Reforma do Ensino Superior do Estado, presidida por Cândido Manuel Martins de Oliveira, deu início aos trabalhos que mais tarde vieram a concluir com anteprojeto de Lei que culminou com a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e da Federação de Escolas Superiores em Curitiba. Paramos aí.

Decorridos 16 anos, os elementos que se podem reunir nos diversos distritos geo-educacionais do Paraná revelam a necessidade da instituição de universidades estaduais nas regiões do Litoral, do Oeste e do Sudoeste do Estado, além de uma universidade estadual em Curitiba. Assim sendo, o presente projeto de Lei vem atender a um justo reclamo da população paranaense e a imperativo do progresso estadual.

O projeto de Lei está conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961),



que, em seu artigo 21, dispõe:

"O ensino, em todos os graus, pode ser ministrado em escolas públicas, mantidas por fundação cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do Poder Público, ficando o pessoal que nelas servir, sujeito, exclusivamente, às leis trabalhistas."

E a Lei n.5540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências:

"Art.8.º - Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidade ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou localidades próximas, constituindo, nesse último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento."

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parágrafo Único - Os programas de financiamento do ensino superior considerarão o disposto neste artigo."

Além disso, o projeto decide pela forma de fundação, com natureza jurídica de direito público, para a entidade almejada (cfe. art.4.º da Lei n.5540, de 28 de novembro de 1968); dispõe sobre o patrimônio e a receita, a destinação dos recursos obtidos e prevê a forma de obtenção de auxílios, regalias e facilidades fiscais e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito, especial, destinado a cobrir as despesas com a execução do projeto. E por não ferir dispositivo legal ou constitucional, o meu Parecer é favorável à aprovação da matéria, na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo Deputado Nelson Buffara.

Sala das Comissões, em 25/11/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Regional do ECT- Empresa de Correios e Telégrafos, visando a instalação de uma agência de Correios e Telégrafos no município de Cândido de Abreu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito minha inscrição para falar, em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa de-

fere. Vossa Excelência está inscrito.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a concessão de uma viatura policial para o município de Cândido de Abreu - Pr. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências de uma reforma na Delegacia de Polícia no município de Cândido de Abreu - Pr. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º Aniversário da Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no dia 27 de novembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a transformação do Posto Avançado do Banco do Brasil em agência definitiva no município de Vera Cruz do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar, encarecendo a criação e instalação de uma corporação de Bombeiros da Polícia Militar no município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção do desvio asfáltico nas localidades de Quatro Pontes, Novo Sarandi e Vila Nova, acostamento e recapeamento do trajeto Marechal Cândido Rondon, Trevo de Vila Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Aeronáutica, encarecendo novo aeroporto para o Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislati-

va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a transferência de Central DDD 0465 para 0452 do município de Boa Vista da Aparecida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de novos terminais telefônicos no Distrito Administrativo de Piquirivaí, município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Responsável pelo SESC no Estado, por intermédio do Ministério do Trabalho, encarecendo a implantação do mesmo no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 15.º aniversário de fundação da COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Regional do SESI, por intermédio do Ministério do Trabalho, encarecendo a implantação do referido órgão no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPASA, por inter-

médio da Secretaria da Agricultura, objetivando a construção de uma unidade armazenadora da mesma, no município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aramis Distéfano Neves, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Nabor Silva Júnior, ocorrido no dia 22 do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Cunha, ocorrido no município de Cornélio Procópio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária de Educação, para que a mesma determine a FUNDEPAR, a construção de muros nas escolas de Alto São João e Vila Anchieta, no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine a SANEPAR, a construção de mais um poço artesianos no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Resolução n.139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a aprovação do Projeto de Lei n.1.316 - C de 1979, autoria do ex-deputado Carlos Nelson, buscando obter melhorias no piso salarial e jornada de trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a doação de materiais permanentes de Escritório para a Associação dos Moradores

da Vila Urupês, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial do Jornal do Estado, do jornalista Roberto Barrozo Filho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Senhor Procurador Geral de Justiça do Estado, pela instituição em nossa Capital das Promotorias Especiais de Defesa ao Consumidor (SEDC) e Defesa ao Meio-Ambiente (SEDMA). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de cancha polivalente de esportes na Escola Estadual Prefeito Antonio Teodoro de Oliveira, Ensino de 1.º Grau, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao CRC - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e à Federação dos Contabilistas do Paraná, pela realização conjunta da 7.ª Convenção dos Contabilistas do Paraná, no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Associação dos Serviços e Obras - ASSOCAM, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 31.º Aniversário do município de Bom Sucesso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Solicitei a palavra para Explicações Pessoais, porque não poderíamos mais deixar passar, por um dia que fosse, uma homenagem que nos foi solicitada pelos alunos da Escola Teotônio Vilela, uma das Es-

colas Estaduais que abriga alunos, das classes mais sofridas desta comunidade curitibana.

Com muito orgulho e com muito prazer, desejo ler o que eles me enviaram, num abaixo-assinado dos Professores do Corpo Diretivo da Escola, e dos Alunos.

A homenagem é a Teotônio Vilela que, ontem, infelizmente, completou o 2.º ano do seu falecimento: (Lê)

"Pela Comunidade da Escola Estadual Teotônio Vilela, Conjunto Augusta - Nesta Capital.

Na Idade Média, os menestréis eram os cantores que comunicavam a todo o povo das aldeias as novidades. Eram eles que faziam as comunicações da época.

Com o tempo eles, em suas canções, fizeram críticas, sátiras às opressões, às políticas, aos costumes e injustiças realizadas com o povo.

No Brasil, Teotônio Vilela foi cognominado em verso e prosa como "O Menestrel das Alagoas", por ter lutado como um valente contra as injustiças de um regime opressor no País.

Foi dele o brado inicial contra a injustiça social, em favor de uma anistia política justa e ampla.

Teotônio agiu em sua época como a "consciência do Brasil", nos seus projetos, como um peregrino que percorreu este País de ponta a ponta, possibilitando a cada brasileiro um alento de esperança para dias melhores.

Já estamos numa Nova República, que acabou de fazer as suas primeiras eleições, mostrando como é importante a participação do povo nas decisões de seu destino! Isto era uma das aspirações de Teotônio.

Neste dia, em que é feito este manifesto, através do Excelentíssimo Deputado Osvaldo Alencar Furtado, nós, abaixo-assinados, alunos, professores e corpo administrativo da Escola Estadual Teotônio Vilela, regozijamo-nos com tão justa homenagem."

Aproveito o ensejo para relembrar uma das frases mais conscientes, dentre tantas frases conscientes proferidas e legadas a todos nós pelo grande "Menestrel das Alagoas", quando ele dizia: "Deste País imenso, País carente de líderes, é verdade, a história política contemporânea tinha que ser o que é, um campo de saudades confusas, de realidades estranhas e esperanças amarfanhadas."

É neste contexto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, inspirado pela simplicidade destes alunos e pela beleza e singeleza desta realidade nacional, quando na realidade os nossos sonhos são confusos e as nossas esperanças estão amarfanhadas, é que a presença do espírito cívico e nacio-

nalista de Teotônio Vilela se faz cada vez mais presente e mais necessária a sua lembrança. Relembrar o homem que atravessou este País lutando pelos direitos humanos. O homem que entendia que os direitos humanos não pertencem apenas aos políticos, mas também pertencia, como deve pertencer e pertence, aos presos comuns que também por Teotônio foram defendidos. Neste País de tantas injustiças e de silêncios omissores, a favor das injustiças, a presença e a lembrança destas crianças a nos pedirem uma homenagem a este grande brasileiro, Teotônio Vilela, é de relembrarmos que na realidade as nossas realidades são estranhas, porque não se coadunam com as nossas esperanças amarfanhadas, porque os nossos sonhos também estão ficando dia a dia mais estranhos.

É preciso, após este pleito democrático defendido por tantas vezes pelo grande "Menestrel das Alagoas", é preciso que nós, integrantes do PMDB, nós integrantes de um partido que enfrentou a Ditadura e a combateu com as armas que possuía, a coragem, a inteligência e o amor à Pátria, é necessário lutarmos para que as nossas idéias não sejam estranhas e as nossas esperanças não sejam amarfanhadas e os nossos sonhos sejam transformados em realidade.

Nação sofrida, Nação batida. Nação empurrada para um canto do maior sacrifício, pago por um povo desamparado; sacrifício na realidade assumido por um povo que não tem tido sequer a satisfação de verem sua esperança no dia a dia das nossas lutas.

Companheiros se vencemos na maioria dos Estados; se vencemos na maioria dos Municípios deste País, resta-nos uma lembrança e uma lição muito séria de que o povo ainda espera muito e precisa muito e o que fizemos foi muito pouco. As dificuldades são muitas é verdade, mas não devem ser um empecilho para realização das nossas promessas de concretização dos ideais que implantamos no coração do povo do Paraná.

O PMDB não é apenas mais uma bandeira, hoje é uma realidade do Governo de como hoje deve pôr em prática e ação exatamente, o compromisso que assumiu, e já dizia alguém, que no momento não me recordo o nome, que nós somos responsáveis por tudo que conquistamos. E se nós conquistamos a consciência e a esperança do povo brasileiro. Nós somos responsáveis, principalmente pela solução dos problemas, principalmente, da classe trabalhadora brasileira. E nesta homenagem que faço em nome da escola Teotônio Vilela ao "Menestrel das Alagoas", devo dizer mais uma vez com ele - a nossa dívida não é a dívida externa, é a dívida social, e o povo está aí com o coração aberto para nos receber, de

consciência aberta esperando que cumpramos o que prometemos e nós devemos ir para a realização, concretização e satisfação dos anseios populares, porque, com eles nós temos o compromisso e devemos cumprir.

O Sr. Erondy Silvério - (Aparte) Eu ouço sempre com muita satisfação quando Vossa Excelência assume a tribuna da Casa.

E eu quero também incorporar esta homenagem que Vossa Excelência presta ao grande político brasileiro lá das Alagoas. Foi nosso companheiro de partido, saiu revoltado com os casuísmos da então ARENA, e se tornou o paladino das liberdades democráticas.

Mas, Vossa Excelência não deve ter tido conhecimento da decisão tomada ontem pelo Diretório Nacional do Partido de Vossa Excelência, o PMDB.

Se Vossa Excelência tivesse tomado conhecimento desta decisão, por maioria de votos, Vossa Excelência não viria à tribuna com tanto entusiasmo elogiar as liberdades democráticas pelas quais o PMDB tanto lutou neste País.

Ontem o Diretório Nacional do Partido de Vossa Excelência vetou com a expressão mais "chula" que eu já ouvi em toda minha vida pública. A expressão usada pelo PMDB, diz: "nós não vamos encher a bola de ninguém", vetou as coligações partidárias para as eleições proporcionais de 1.986.

Vossa Excelência inteligente como é, paladino da democracia e da liberdade e do pluripartidarismo, Vossa Excelência há de saber que isto significa para o Brasil o pluripartidarismo.

Quer dizer, os mesmos casuísmos combatidos na véspera por Vossa Excelência e pelo partido de Vossa Excelência estão hoje sendo lamentavelmente colocados em prática.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Respondendo o aparte do Deputado Erondy Silvério, que desta tribuna eu já reverberei contra a cúpula do meu partido que muitas vezes tem traído a esperança nacional.

Estas medidas que nós combatemos, não recebem deste Deputado o menor respaldo.

Recebo a notícia até com tristeza, porque não é tolhendo as possibilidades de harmonia entre pessoas que se aproximam ou partidos que se assemelham que nós iremos conquistar a plenitude democrática que todos nós queremos. Infelizmente, ilustre Deputado, fala muito alto muitas vezes, os interesses de cúpula, para não dizer a derivação destas palavras.

Recebo estas notícias, como recebo a notícia da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que não era a sonhada por Tancredo Neves, porque no seu discurso

de posse, que não foi lido, porque não tomou, ele defendia uma Assembléia Nacional Constituinte, livre soberana e exclusiva. E o Presidente Sarney, lá no tûmulo do Presidente Tancredo Neves, dizia que faria dos sonhos de Tancredo os seus sonhos, mas o sonho de Tancredo era uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e esta, pra mim, ilustre Deputado, é mais uma traição que se faz à Pátria brasileira.

O Sr. Erondy Silvério - Muito bem, muito bem!

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Lutamos, nos últimos 20 anos pelo ordenamento político do nosso País, reordenamento jurídico deste País, não podemos conviver, em silêncio, com uma Assembléia compressual, onde os interesses partidários, pessoais, econômicos, estarão em jogo, e não estará em jogo a coisa mais séria deste País, que é reordenarmos este País, para construirmos a grande Nação, onde os nossos filhos precisam viver e que nós sonhamos para eles.

Então, é com tristeza que recebo este tipo de informação, porque na realidade, é bom que se diga e se firme, que o discurso tem sido um, e a prática, muitas vezes tem sido outra, para a nossa tristeza e infelicidade do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n.217/84;

e do Projeto de Lei n.225/85.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n.241/85, 242/85;

e dos Projetos de Lei n.199/85, 200/85, 201/85, 203/85, 213/85, 220/85, 226/85, 230/85, 233/85, 236/85, 239/85, 240/85, 247/85, 264/85 e 270/85.

2.DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.38/83, 40/85, 68/85 e 124/85.

Marca ainda, uma Sessão Solene às 17:00 horas, para entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor Luiz Gonzaga Pinto.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1985.

"PARANAGUÁ QUER JUSTIÇA"

Roberto Barrozo Filho  
"Jornal do Estado" 28/11/85

Não é fácil para nós paranaenses, num Estado que recebe o fluxo da migração provinda de todas as regiões do País, manter acesa a nossa tradição, tornar viva, ao espírito de todos, as raízes da nossa história e até a crônica recente da nossa terra.

A pujança das áreas privilegiadas na produção de cereais e principalmente na produção da soja e do café fizeram com que a preocupação dos nossos dirigentes se voltasse para o atendimento dessas regiões que contribuem decisivamente para o engrandecimento econômico do Paraná.

Mas a verdadeira riqueza do Estado provém de um complexo de trabalho, de uma diversidade de regiões que, formando um todo, constituem os fatores do nosso progresso.

Nesse contexto, papel importante desfrutava Paranaguá, por onde escoava, através de seu porto, toda a produção destinada à exportação que nos traz o enriquecimento do Estado e as divisas cambiais que o Brasil necessita.

Estas considerações me ocorrem quando se discute, na Assembléia Legislativa do Estado, a nova Organização Judiciária que altera a situação de diversos distritos e comarcas.

O progresso de Cascavel, que transformou-a em cidade moderna e, consequentemente, concedeu-lhe maior poder político, fez com que, nessa nova lei, obtivesse a situação de Entrância Especial, equiparada, para efeitos judiciários e de promoção na carreira da magistratura, à Comarca da Capital do Estado, superando Foz do Iguaçu, que sempre recebera, desde que reintegrada no nosso território, pela sua condição de cidade de fronteira com três nações tratamento diferenciado.

Paranaguá, onde foi instalado o primeiro pelourinho, símbolo da distribuição da Justiça, terra dos grandes juristas Hugo Simas e Acioli Filho, berço da civilização paranaense, onde nasceram Nilo Cairo, o idealizador da nossa Universidade, os Governadores Caetano Munhoz da Rocha e o seu filho Bento e o atual Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos, não obteve a Entrância Especial e lhe querem retirar, da Comarca, o distrito de Matinhos.

Os Prefeitos de Paranaguá e de Matinhos, Waldir Salmon e Mário Pock e os Presidentes das respectivas Câmaras Municipais, Albino Tramujas e Benedito Jacomit, juntamente com os Presidentes das suas Associações Comerciais, Antonio José Temporão e Nelson Vedolim, posicionaram-se em favor das justas pretensões parnanguaras, reivindicando Entrância Especial e a per-

manência do distrito judiciário de Matinhos na sua Comarca.

O movimento tem à sua testa a figura expressiva de Hugo Pereira Corrêa, nome de cepa ilustre e de grandes méritos jurídicos, Presidente de Honra da secção local da Ordem dos Advogados do Brasil.

Redigiu ele brilhante e fundamentado Memorial dirigido ao Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, interpretando o pensamento das forças vivas de Paranaguá e dos advogados que ali militam.

A aspiração se justifica - diz o Memorial - "Paranaguá é o foro onde se praticou vez primeira, a Justiça" e "nunca se poderá escrever sobre a história do Poder Judiciário do Paraná, sem distinguir a participação pioneira de Paranaguá".

Distante poucos quilômetros de Curitiba, ligada por belíssima ferrovia e por magnífica rodovia, a proximidade da Capital, a importância do seu Porto, as tradições vetustas da sua presença na vida política, econômica e social do Paraná impõem a Paranaguá a consideração e o respeito dos nossos dirigentes.

O Deputado Nelson Buñara certamente está atento a esse movimento. E eu, como parnanguara, filho de um filho adotivo de Paranaguá, que soube amá-la e lutar por ela, que foi o jornalista Roberto Barrozo, ofereço as páginas do meu jornal e a minha deslustrada pena, para fazer ressoar a voz desses que traduzem os sentimentos do seu povo e dos grandes vultos do seu passado.

### 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 28.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985. QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Amélia Hruschka.

Às quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio

Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se a

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 115/85 (Mensagem n. 123/85 - ex-Proposição n. 107/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e Municípios de Enéas Marques, Francisco Beltrão e Umuarama, objetivando respectivamente, a realização do I Encontro de Produtores de Leite: a realização da EXPOBEL englobando seis exposições; e realização da XII Feira Exposição Agropecuária e Industrial. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 116/85 (Mensagem n. 127/85 - ex-Proposição n. 115/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, EMOPAR e os municípios mencionados objetivando execução de obras de reparos nas Delegacias de Polícia. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 117/85 (Mensagem n. 132/85 - ex-Proposição n. 120/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios ce-



lebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 118/85, (Mensagem n. 137/85 - ex-Proposição n. 123/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convêno celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a CIC, com interveniência do Município de Curitiba, objetivando desenvolvimento do "Programa de Industrialização do Município de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 119/85 (Mensagem n. 142/85 - ex-Proposição n. 124/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno celebrado entre o Governo do Estado do Paraná sob o n. 105/85, em 31/07/85, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria da Agricultura, ACARPA/EMATER, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 120/85 (Mensagem n. 143/85 - ex-Proposição n. 125/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior e da COPEL, com a TELEPAR e o Município de Curitiba, objetivando execução da 1.<sup>a</sup> etapa do Projeto UNIBASE, da região Metropolitana do referido Município. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 121/85 (Mensagem n. 145/85 - ex-Proposição n. 127/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Município mencionado, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para Desenvolvimento da Infra-Estrutura dos Municípios-Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 122/85, (Mensagem n. 146/85 - ex-Proposi-

ção n. 129/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno celebrado em 20/02/85, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Cultura e Esporte e Municípios mencionados, objetivando prover os Municípios de equipamentos esportivos, com vistas à execução do Projeto de Polarização do Esporte. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 123/85 (Mensagem n. 149/85 - ex-Proposição n. 132/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a CEF, de 14/02/80 e do seu termo aditivo de 16/05/83, objetivando aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos - PEME com vista à implantação de módulos esportivos nos Municípios de Ivaí e Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 124/85 (Mensagem n. 153/85 - Ex-Proposição n. 135/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convêno n. 299/85, celebrado em 16/08/85, entre o Estado do Paraná e o Município de Santa Mariana, com vista à aplicação de recursos financeiros do Programa de Ação Municipal-PRAM. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 125/85 (Mensagem n. 159/85 - ex-Proposição n. 139/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Protocolo de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, com interveniência das Secretarias da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica entre os signatários com vista à execução de um Programa de implantação de microdestilarias de álcool no Estado do Mato Grosso do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 126/85, (Mensagem n. 161/85 - ex-Proposição n. 141/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convêno celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, objetivando cooperação técnica e financeira com vista à execução do Programa de Microdestilarias de Álcool. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.



1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 127/85, (Mensagem n. 164/85- Ex-Proposição n. 144/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 128/85, (Mensagem n. 165/85, Ex-Proposição n. 145/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Telêmaco Borba e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., com objetivo que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 129/85, (Mensagem n. 168/85- Ex-Proposição n. 148/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando construção de prédios destinados a abrigar unidades da Polícia Militar nos Municípios de Marilândia do Sul, Guaraniaçu e Jaguaíva. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 130/85, (Mensagem n. 160/85, ex-Proposição n. 140/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 13.03.85, através da Secretaria de Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnico-financeira com vistas à dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 134/85, (Mensagem n. 163/85 - ex-Proposição n. 143/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes e datas que especifica, visando execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 135/85, (Mensagem n. 166/85- ex-Proposição n. 146/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, com interveniência do DER, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 136/85, (Mensagem n. 169/85- ex-Proposição n. 149/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná- EMOPAR, com as partes, datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 137/85, (Mensagem n. 172/85- ex-Proposição n. 152/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, objetivando ação coordenada entre o INCRA e o Estado para execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultura no Município de Manguaçu. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 139/85, (Mensagem n. 181/85- ex-Proposição n. 153/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.08.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades constantes do III PROJETO EBTU/BIRD, Sub-Projeto PROPAV, que visa implantação de obras que beneficiem o Sistema de Transportes Públicos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 140/85, (Mensagem n. 157/85, ex-Proposição n. 137/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 22.02.85, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da DRT/PR, com vistas à implementação do SINE, no Estado do Pa-

Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 141/85, (Mensagem n. 167/85 - ex-Proposição n. 147/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das Municipalidades mencionadas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 142/85, ( 170/85- ex-Proposição n. 151/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, de 18.04.85, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, objetivando ação conjunta para execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 143/85, (Mensagem n. 182/85- ex-Proposição n. 154/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com Município de Cambira em 05.08.85, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de café; com Município de Ribeirão Claro em 12.08.85, visando formação de viveiros de mudas de café, para restauração da cafeicultura paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 144/85, (Mensagem n. 189/85 - ex-Proposição n. 156/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.09.85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Ur-

bano e Meio Ambiente, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando preparação do "Sub-Projeto Aglomeração Urbana Londrina-Maringá/ METRONOR", do Projeto Especial Cidades de Porto Médio". EM REGIME DE URGÊNCIA. aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 145/85, (Mensagem n. 158/85- ex-Proposição n. 138/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.01.85, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S.A., com interveniência da Secretaria de Indústria e do Comércio, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 146/85, (Mensagem n. 162/85- ex-Proposição n. 142/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas que especifica, visando execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos", nos Municípios mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 02 de dezembro, à hora regimental, com a Ordem do dia já anunciada e mais:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.s 115 a 130/85, 134 a 137/85, 139 a 146/85 e 153/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 154/85.

Levanta-se a Sessão.